TC 000.605/2011-5

Tomada de contas especial

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada em obediência ao item 9.2.1 do Acórdão 3.273/2010-TCU-Plenário, proferido no TC 350.275/1996-3, que tratou de auditoria realizada pela Secex-MA na aplicação de recursos federais nas ações relativas ao projeto denominado Polo de Confeccões de Rosário/MA.

2. O projeto se originou de protocolo de intenções celebrado entre o Governo do Estado do Maranhão, a Prefeitura Municipal de Rosário/MA e a empresa Kao I Indústria e Comércio de Confeccões, em outubro de 1995.

3. Por meio do Acórdão 3.027/2014-TCU-Plenário, este Tribunal julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenando-os ao ressarcimento de débito e aplicando-lhes multa. Além disso, foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal os Srs. Moisés Bernardo de Oliveira, Eliel Francisco de Assis e José de Ribamar Reis de Almeida. A decisão também determinou a adoção de providências com vistas ao arresto dos bens dos referidos responsáveis, tantos quantos bastassem para o pagamento do débito.

4. Irresignado, o Sr. Eliel Francisco de Assis interpôs recurso de reconsideração contra o Acórdão 3.027/2014-TCU-Plenário, tendo em vista que, embora tivesse apresentado alegações de defesa por ocasião da primeira citação realizada, não houve análise por este Tribunal. O recurso foi apreciado por meio do Acórdão 2.265/2015-TCU-Plenário, que tornou insubsistente a decisão recorrida no tocante ao responsável.

5. Conforme determinado no despacho na peça 257, os autos foram restituídos à Secex-MA, para que procedesse ao exame das alegações de defesa e desse continuidade às demais medidas necessárias à tramitação do processo. A unidade técnica analisou os argumentos contidos na peça 52 e propõe, em pareceres uniformes, julgar irregulares as contas do responsável, condená-lo ao ressarcimento dos débitos discriminados na peça 259, p. 18-23, e aplicar-lhe multa.

6. Em meu parecer que antecedeu a decisão recorrida, manifestei-me contrariamente à imputação de débito ao Sr. Eliel Francisco de Assis, tendo em vista o fato de este Tribunal ter deixado de condená-lo solidariamente no TC 005.193/2004-0 pela prática do seguinte ato:

Contratação de empréstimos concedidos a 65 grupos de trabalhadores vinculados ao polo industrial Ta-Chung e anuência, como Gerente de Negócios da agência São Luís-Centro do BNB, ao orçamento anexo às cédulas de crédito industrial firmadas pelos grupos de trabalhadores vinculados ao empreendimento industrial Ta-Chung, elaborado sem base em prévio estudo de viabilidade econômico-financeira e de auto-sustentação do empreendimento, e mesmo diante da incapacidade técnica e econômica dos referidos grupos de trabalhadores, cujas fichas cadastrais somente foram confeccionadas após a liberação dos recursos.

7. Entretanto, meu posicionamento não foi acolhido e houve imputação de débito ao responsável nestas contas. A despeito disso, reitero minha divergência quanto à proposta de

condenação do Sr. Eliel Francisco de Assis, por não vislumbrar diferença na atuação dele nos dois processos.

8. No caso desta TCE, a citação foi feita inicialmente nestes termos (peça 26):
Ato impugnado: no tocante aos recursos do BNB/FNE aplicados na 1ª etapa do Polo de Confeções de Rosário – MA, concessão e liberação de financiamentos às associações vinculadas ao Polo de Confeções de Rosário/MA em contrariedade às normas de operação de crédito do BNB, e inadimplemento dos financiamentos pelas associações beneficiárias e à aquisição de máquinas de costura zig-zag com sobrepreço de R\$ 162.720,00.
9. Posteriormente, após nova análise do processo, a unidade técnica efetuou nova citação do responsável, desta vez informando no ofício que o débito era decorrente de fatos assim discriminados (peça 140):
participação de dois servidores do BNB/MA, entre os quais Vossa Senhoria, na aprovação dos financiamentos e, conseqüentemente, para que os fatos ora analisados fossem concretizados. A um, porque a assinatura que aparece nos carimbos de aprovação das propostas é do Sr. Moisés Bernardo de Oliveira, conforme se deduz pela comparação com a assinatura por ele utilizada para constituir procurador. A dois, porque foi o Sr. Eliel Francisco de Assis aquele quem assinou o orçamento anexo às cédulas de créditos, como se observa nos dossiês de cada operação. A aprovação das propostas feita por pessoas de aparente desconhecimento sobre o negócio, assim como a falta de certificação da real viabilidade econômica do empreendimento, o que se mostrou sem sustentabilidade, contribuiu para o dano ora apurado.
10. As condutas do Sr. Eliel Francisco de Assis nos noventa contratos objeto desta TCE e nos 65 que ensejaram a instauração do TC 005.193/2004-0 apresentam em comum o fato de ter sido ele um dos signatários dos orçamentos anexos às cédulas de crédito industrial que materializaram os empréstimos no âmbito dos projetos atinentes ao polo de confeções e ao polo Ta-Chung, em Rosário/MA.
11. Sobre o assunto, permito-me utilizar trecho do voto condutor do Acórdão 470/2010-TCU-Plenário, proferido no TC 005.193/2004-0, em que o relator se pronunciou acerca da participação do Sr. Eliel Francisco de Assis nas contratações objeto de questionamento:
 22. Manifesto minha concordância com o entendimento da Unidade Técnica, em contraposição à opinião esboçada pelo *Parquet*, no sentido de que as alegações de defesa do Sr. Eliel Francisco de Assis devem ser parcialmente acolhidas, de forma a afastar o débito, uma vez que a anuência ao orçamento anexo às cédulas de crédito industrial (cujos termos se restringiam à discriminação das fontes e usos dos recursos, dos bens a serem adquiridos e do cronograma de execução do projeto), apesar de reprovável diante da ausência de estudos técnicos relativos à viabilidade econômico-financeira e de auto-sustentação do empreendimento, não se compara à contratação do empréstimo, que se inicia com a emissão do título de crédito e se efetiva com a liberação dos recursos, fases em que não houve comprovada intervenção do responsável.
12. Registro que também no caso do TC 005.194/2004-8, relativo ao projeto de desenvolvimento industrial Hung-Pump, o Sr. Eliel Francisco de Assis foi citado em decorrência da contratação de empréstimos concedidos a 66 grupos de trabalhadores vinculados ao referido polo e da anuência, como gerente de negócios da agência São Luís-Centro do BNB, ao orçamento anexo às cédulas de crédito industrial firmadas pelos grupos de trabalhadores, elaborado sem base em prévio estudo de viabilidade econômico-financeira e de auto-sustentação do empreendimento.
13. Ao analisar a conduta do responsável, o relator assim se pronunciou:

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

No que tange ao Sr. Eliel Francisco de Assis, merecem ser parcialmente acolhidas suas alegações de defesa, de forma a afastar o débito, uma vez que se constatou que **não foi ele responsável pela liberação dos créditos**. Contudo, cabe aplicação de multa do art. 58 da Lei nº 8.443/1992 ao responsável, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por ter dado anuência ao orçamento anexo às cédulas de crédito industrial, elaborado sem base em estudos técnicos sobre a viabilidade do empreendimento. (grifo no original)

14. Da mesma forma que no TC 005.193/2004-0, o responsável teve suas contas julgadas irregulares e foi multado, contudo não houve condenação solidária quanto aos débitos.

15. Importa consignar que, conforme dispunha o Manual Básico de Operações de Crédito, utilizado nas contratações relativas ao polo de confecções, nos casos de operações de alçada da agência, o deferimento dos financiamentos para cooperativas e associações cabia ao Comitê de Avaliação do Crédito da Agência (COMAG). Sobre o assunto, vale rememorar que, mesmo após a realização de inspeção e diligências, restaram infrutíferas as tentativas de identificar os integrantes do COMAG responsáveis pela aprovação das operações de crédito realizadas pela agência do BNB em Rosário/MA.

16. Em face da dúvida existente, foi excluída a responsabilidade de empregados do Banco que supostamente compunham o comitê, entre eles as Sras. Maria de Fátima Jansen Rocha, Marinéa Ferreira Lobato e Leudina Mota Lima, duas delas ocupantes do cargo de gerente de negócios, como o Sr. Eliel Francisco de Assis.

17. Com base no contexto acima delineado e tendo em vista que no caso dos contratos relativos ao polo de confecções a atuação do responsável se restringiu, da mesma forma que nos projetos Ta-Chung e Hung-Pump, à assinatura do orçamento anexo às cédulas de crédito, não vislumbro razões para adotar encaminhamento diferenciado nestas contas, devendo ser mantido o julgamento pela irregularidade das contas, sem, contudo, imputar-lhe débito.

18. Em relação à possibilidade de aplicar multa ao responsável, cabe tecer algumas considerações adicionais àquelas feitas pela Serur sobre o assunto, haja vista que o tema da prescrição da pretensão punitiva foi objeto de recente decisão por esta Corte de Contas.

19. No âmbito do Tribunal de Contas da União, havia divergência jurisprudencial quanto à aplicação do instituto da prescrição da pretensão punitiva. Essa discussão dizia respeito tanto ao prazo prescricional, quanto ao termo inicial e às eventuais causas de interrupção.

20. A fim de dirimir a divergência, foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência nos autos dos TC 007.822/2005-4 e 011.101/2003-6, o que levou à constituição do TC 030.926/2015-7.

21. O TC 030.926/2015-7 foi apreciado na sessão extraordinária de 8/6/2016, por meio do Acórdão 1.441/2016, ocasião em que o Plenário do Tribunal de Contas da União, por cinco votos a três – tese vencedora do Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues –, deixou assente orientação no sentido de que: o prazo da prescrição da pretensão punitiva é aquele definido pelo art. 205 do Código Civil, sendo, portanto, decenal; a contagem deve ser iniciada na data da ocorrência da irregularidade, na forma do art. 189 do Código Civil; deve ser admitida a interrupção da prescrição pelo ato que ordena a citação, a audiência ou a oitiva efetivadas pela Corte de Contas; uma vez interrompida a prescrição, ela recomeça a correr na data em que for ordenada a citação, a audiência ou a oitiva; a prescrição deve ser suspensa nas hipóteses indicadas no subitem 9.1.5 do julgado; a prescrição deve ser aferida, independentemente de alegação da parte, quando presente a intenção de aplicar as sanções

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

previstas na Lei 8.443/92; e o entendimento firmado deve ser adotado, indistintamente, nos processos pendentes de decisão de mérito ou de apreciação de recurso por parte do TCU.

22. Considerando, pois, que a jurisprudência da Corte de Contas foi pacificada com base no entendimento construído pelo Plenário no referido Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, entendendo superada, no momento, a discussão sobre a matéria.

23. No caso concreto, a análise empreendida pela Serur se coaduna quase que integralmente com as orientações expedidas pelo Tribunal. De acordo com a unidade instrutiva, a irregularidade ensejadora da apenação ocorreu em 1995, de modo que, em 11/1/2003, quando entrou em vigor o novo Código Civil, ainda não tinha transcorrido mais da metade do prazo prescricional previsto no normativo anterior, aplicando-se, portanto, o prazo decenal, contado a partir do início da vigência da norma mais recente (cf. entendimento expresso em reiterada jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1.727/2003-TCU-1ª Câmara, 771/2010-TCU-Plenário e 1.930/2014-TCU-Plenário).

24. Assim, em 11/1/2003 se iniciou nova contagem do prazo prescricional, o qual interrompeu-se não com a citação, como defendeu a Serur, mas, em consonância com o Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, com o ato que ordenou a notificação dos responsáveis, ou seja, o Acórdão 3.273/2010-TCU-Plenário. Nesse sentido, considerando a decisão que determinou a citação como novo marco inicial, somente em 2020 se operarão os efeitos da prescrição da pretensão punitiva, permanecendo viável, portanto, a possibilidade de se aplicar multa ao Sr. Eliel Francisco de Assis.

25. Diante do exposto, com as vênias de estilo, este membro do Ministério Público de Contas sugere a adoção do seguinte encaminhamento para estes autos:

I – acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Eliel Francisco de Assis (CPF 065.670.026-20);

II – julgar irregulares as contas do Sr. Eliel Francisco de Assis (CPF 065.670.026-20), nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea “b”, da Lei 8.443/92;

III – aplicar ao Sr. Eliel Francisco de Assis a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/92, fixando-lhe, com fulcro no art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento;

IV – autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, caso não sejam atendidas as notificações.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador